

Número 77 – 16 de Maio de 2023

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Consórcio Mais Integridade propõe prorrogação do recenseamento eleitoral



O Consórcio entende que as irregularidades e as avarias de equipamentos justificam a prorrogação do prazo do recenseamento e recomenda que os órgãos de gestão eleitoral devam sanear as irregularidades constatadas para a garantir a credibilidade do recenseamento eleitoral.

O Consórcio, na voz do seu presidente, Edson Cortez, director do Centro de Integridade Pública (CIP), expressou a sua inquietação com as avarias constantes de mobiles ID e de impressoras, incluindo a rejeição, pelas máquinas, de certas pessoas, com destaque para idosos. Em vários municípios, segundo o consórcio, esta situação, associada à lentidão no atendimento, chega a causar desistência dos eleitores, o que não pode ser benéfico para nenhum dos actores eleitorais.

Paralelamente, preocupa ao consórcio os casos de cartões de eleitor que estão a ser emitidos com vários defeitos, tais como manchas e fotografias desfocadas, sem a mínima qualidade, o que, no dia de votação, pode concorrer para a desqualificação de vários eleitores.

Em conferência de imprensa, realizada ontem em Maputo, Edson Cortez diz que o consórcio não entende como é que se está a registar problemas no manuseamento das máquinas, se antes houve

um recenseamento piloto, período que deveria servir para detectar e sanar tais anomalias. Ainda mais quando, durante o recenseamento piloto, não foi reportado nenhum caso de máquinas que não reconheciam rostos de pessoas albinas e idosas, o que gera dúvidas sobre esses episódios.

“Também estamos preocupados com o reiterado uso ilícito de “listas de prioridades”, que fazem com que determinadas pessoas não cumpram as filas de recenseamento, adiantando-se a outras que ficam à espera durante longas horas. Outros constrangimentos, no recenseamento em curso, incluem níveis significativos de inacessibilidade dos postos a pessoas com deficiência; baixa frequência com que os eleitores são informados sobre o período de exposição dos cadernos, bem como casos de brigadas de recenseamento ou órgãos eleitorais locais que tentam impedir o acesso dos nossos observadores aos postos”, lamenta.

O “Mais Integridade” recomenda, à administração eleitoral, o reforço de medidas visando pôr termo às várias irregularidades que ameaçam a transparência e integridade do recenseamento. Segundo o consórcio, não pode ser do interesse dos órgãos eleitorais ter mais um ciclo eleitoral problemático, que em nada contribui para o reforço da democracia e da pacificação do país. Por isso, exige a responsabilização célere e exemplar de todas as pessoas envolvidas nas irregularidades.

Ao mesmo tempo, acrescenta, que devem bloquear qualquer possibilidade de recenseamento clandestino, seja porque os recenseados residem fora das áreas municipais, seja porque tal é feito à calada da noite, os órgãos eleitorais devem reforçar a implementação das instruções relativas ao uso ilícito de “listas de prioridades”; continuar a agilizar a resposta aos pedidos de assistência técnica pelas brigadas nos casos de avaria ou inoperacionalidade do equipamento; prestar particular atenção ao processo de emissão dos cartões de eleitor, que está a registar um aumento de problemas; continuar a instruir as brigadas a respeitar a regra da prioridade às mulheres grávidas e com bebés de colo, idosos e pessoas com deficiência; bem como reforçar a instrução, às brigadas, de informarem os inscritos sobre o período de exposição pública e verificação dos cadernos.

O Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” é composto pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica, Centro de Integridade Pública (CIP), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Solidariedade Moçambique (SoldMoz), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Capítulo Moçambicano do Instituto para Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique) e Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD).

Presidente da CNE diz-se assustado com irregularidades denunciadas

À RDP África, o presidente da CNE, dom Carlos Matsinhe, mostrou-se indignado com nível de irregularidades que são reportadas neste processo eleitoral. Segundo Matsinhe, os órgãos eleitorais ficam assustados ao tomar conhecimento de que há casas em que estão a recensear eleitores.

Estas, acrescenta, são coisas que surgem como surpresa para “nós também como órgãos eleitorais” afirma que “Não estamos preparados para saber que há um recenseamento que está a ser feito fora dos postos de recenseamento aprovados. Nós aprovamos por deliberação o mapa dos postos de recenseamento”.

Para o presidente da CNE é importante que a lei seja seguida à risca para que sejam corrigidas as irregularidades. Reconhece que é responsabilidade os órgãos eleitorais corrigir esses problemas.

Considera que são desvios que estão sendo feitos por pessoas que eles, como órgão eleitoral, desconhecem. Concluiu que “Não sabemos a mando de quem” as pessoas comentem essas irregularidades.

Potenciais eleitores estão há duas semanas sem conseguir recensear em Alto Molócuè

A reclamação é de alguns eleitores entrevistados pelos nossos correspondentes na vila de Alto Molócuè, na província da Zambézia. O nosso boletim teve acesso a duas cartas escritas por professores e estudantes que denunciam pressão política para se recensearem no posto da Pista Velha (ver peça a seguir).

Um dos potenciais eleitores que aceitou gravar a conversa conta que há duas semanas que vem formar a fila para se recensear, mas sem sucesso. A maioria dos dias ele e outros chegam ao posto de recenseamento às 3 horas de madrugada, mas o posto de recenseamento acaba encerrando no fim do dia sem que tenham conseguido recensear.



Foto 1: Posto de recenseamento da Pista Velha



Foto 2: Alunos recenseados sem terem ficados na fila

“Eu estou há duas semanas a vir tentar recensear aqui na Pista Velha, mas nunca conseguimos recensear”, conta o nosso entrevistado, que acrescenta que “Sempre nos dizem para marcamos filas muito cedo. Eu chego aqui às três horas de madrugada, marco a minha fila, mas o que acontece é que os que vêm recensear não somos nós. Trazem pessoas (de fora).” Aponta como o exemplo os alunos e professores do Instituto de Saúde do Alto Molócuè a quem é dada prioridade para se recensearem.

“Nós não. Agora a pergunto se este recenseamento é apenas para alunos, professores e outros funcionários públicos? E nós que somos população, não podemos recensear? Eu não sei o que está a acontecer aqui em alto Molócuè”, desabafou.

O nosso interlocutor denuncia que todos os dias são alistados sob promessa de que “iremos recensear como primeiros, logo pela manhã”, mas quando o recenseamento começa são chamadas outras pessoas que nunca estiveram nas filas.

Cartas de professores e estudantes confirmam pressão em Alto Molócuè

Duas cartas a que tivemos acesso, supostamente atribuídas a professores e estudantes, revelam existir pressão para se recensearem no posto de recenseamento da Pista Velha e entregar os seus cartões ao partido Frelimo.

De acordo com a carta, “Nós, os professores como funcionários do aparelho do Estado e todos os enfermeiros, Polícias e todos os funcionários, nos obrigaram a nos recensear e entregarmos os cartões ao partido da Frelimo ou às Células do partido até dia 30 de Abril no máximo (passado), obrigatoriamente. E orientaram todos líderes locais da localidade de Caiaia e Nacuaca a recensearem no posto de Murapue até dia 30 de Abril para facilitar compilação do primeiro e segundo cadernos que fará a primeira mesa da Assembleia, isto para facilitar o controlo dos membros da Frelimo”.

A mesma carta revela que todo o jogo é orientado a partir do “G15 – Célula, G30 – duas Células, G45 – (Círculo), o que facilita o controlo e a obtenção de dados possíveis dos eleitores recenseados pertencentes ao partido e no dia de votação facilitará a obtenção da diferença entre todos os eleitores que vão votar e dos que votarão a favor”.

A partir de 20 ou 30 de Abril passado, acrescenta, o recenseamento vai decorrer de “forma normal, sendo que nos restantes dias haverá sabotagem porque dai os membros da Frelimo, através das listas, já terão todos recenseado.”

Por seu turno, os estudantes denunciam: “Nós estudantes da Saúde IPCHM (Instituto Politécnico de Ciências Humana de Moçambique) - Alto Molócuè e IFP (Instituto de Formação de Professores) – Alto Molócuè, viemos para informar a todo o Povo de Alto Molócuè que estamos a ser obrigados a nos recensear e apresentarmos os cartões nas células do Partido Frelimo até dia 30 de Abril. Disseram para que os estudantes de IFP se recenseassem na EPC da Pedreira e os estudantes de Instituto de Saúde IPCHM na EPC da Pista Velha, até dia 30 de Abril, para facilitar a compilação do primeiro e segundo cadernos que fará a primeira mesa da Assembleia isto para facilitar o controlo.”

A carta acrescenta que a instrução funciona a partir das células e círculos do partido para facilitar o controlo e obtenção de dados dos eleitores. E afirmam que estão a receber ameaças de expulsão da escola caso não votem na Frelimo.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Lázaro Mabunda</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Anabela Mate</p> <p>Layout: Alberto Manguela</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr. 0 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cipmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Financiado por:



Parceiros do CIP:

